



Representações sociais e semiótica: um território comum?

Valmir Costa 

Resumo: O artigo visa a fazer as correlações da teoria das Representações Sociais, elaboradas por Serge Moscovici, com as Ciências da Linguagem e da Semiótica, observando que tais ciências habitam um território comum.

Palavras-chave: *Representações Sociais, Semiótica, Linguagem.*

Abstract: The article aims at to make the correlations of the theory of the Social Representations, created by Serge Moscovici, with Sciences of the Language and the Semiotics, observed that such sciences inhabit a common territory.

Key-words: *Social Representations, Semiotic, Language.*

 Graduado em *Jornalismo* (UFPE), mestre em *Ciências da Comunicação* na área de *Jornalismo e Linguagem* e doutor em *Ciências da Comunicação* na área de *Estudo dos Meios e da Produção Mediática* pela (ECA/USP). Atualmente é pós-doutorando em *História Social* (FFLCH/USP). Foi professor do curso de jornalismo do Mackenzie (2006-2007), das Faculdades Integradas Rio Branco (2002-2005) e conferencista no curso de Publicidade da ECA/USP (2005).

A *Teoria da Representação Social* (TRS) foi levantada inicialmente no ramo da sociologia por Émile Durkheim como “representação coletiva” e depois discutida no ramo da psicologia social pelo francês Serge Moscovici. Segundo ele, a representação social opera de acordo com a localização e o posicionamento da consciência subjetiva nos espaços sociais e constrói percepções nos indivíduos a partir de um objeto social. Isso ocorre num processo de formação e encadeamento de fenômenos de interatividade dos processos sociais do mundo moderno.

A Representação Social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes da imaginação (Moscovici, 19978:28).

Moscovici enfatiza que as representações sociais são formadas por um *produto do social* e um *processo* de instituição desse social. A relação entre o *produto/processo* é o que designa a elaboração de comportamentos e da comunicação entre os sujeitos. O *produto* estabelece as relações sociais dos sujeitos e/ou de grupos em três esferas: *atitudes, informações e campo de representação* para entender o conteúdo de um determinado objeto. No tocante ao *processo*, ele depende da *objetivação*, que transforma uma idéia ou conceito em algo concreto para que o sujeito ou o grupo tenha uma *imagem expressa* do objeto representado.

Enfim, a *objetivação* é a transformação de um conceito abstrato em palpável. “Pelo processo de objetivação, nasce um modelo figurativo da atividade psíquica dos sujeitos, baseado em uma série de informações parciais e selecionadas, que são convertidas em supostos reflexos do real”. Seguindo seu raciocínio, a *objetivação* tem uma ligação dialética com a *ancoragem*, que, segundo o autor, é quem enraíza na sociedade a representação pela integração cognitiva do objeto representado. Ela é a mediadora e um critério nas relações entre os grupos, facilitando as interpretações das relações interpessoais e das condutas. A *ancoragem* orienta comportamentos e promove formas distintas de interação do individual no coletivo. Ela é o processo de assimilação de novas informações a um conjunto cognitivo emocional preexistente. Enfim, a *ancoragem* é a duplicação da figura pelo sentido.

De tal modo, *objetivação* e *ancoragem* é uma dobradinha responsável pela interpretação e atribuição de significados do *objeto social*. O termo *representação* tem conceitos distintos que vão da sociologia à filosofia; do direito às artes cênicas e plásticas. Na rubrica filosófica, significa a operação pela qual a mente tem presente em si mesma a *imagem, a idéia* ou o *conceito* que correspondem a um *objeto* que se encontra fora da consciência. Já na área da psicologia o termo é tido como imagem intencionalmente chamada à consciência e mais ou menos completa de um objeto qualquer ou de um fato antes percebido ou ainda o conteúdo consciente vivido como um todo coerente e que está orientado, involuntariamente de qualquer dado de realidade, para um determinado campo de objetos, acontecimentos ou situações. Sem contar no sentido teatral do termo como sendo uma “encenação”.

“Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Uma representação social é a organização de imagens e linguagem porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são ou nos tornam comuns” (Moscovici, 1978:25). Para o autor, a representação é basicamente a imagem de algo ou alguém que a linguagem circunscreve com o fluxo das associações no espaço simbólico, pois uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. “No final das contas, ela produz e determina os

comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes” (Moscovici, 1978:26).

Lefebvre (1983:99) considera que a representação é “*uma presença na ausência*”. Signos, crenças, visões de mundo, que se representam é, na maioria das vezes, algo ausente, presentificado. “*As pessoas se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou acreditem faltar*” (Lefebvre 1991:20). Os pensamentos dos dois autores convergem no modelo semiótico de Peirce, de 1931, que afirma que “o signo é qualquer coisa que está no lugar de algo para alguém, sob determinados aspectos ou capacidades”. Representar este “algo” ou este “alguém” é animá-los de duas maneiras. A primeira forma é vinculá-los a um *sistema de valores*, de noções e práticas que confere o indivíduo e as formas de orientarem no meio social e material e, assim, o dominarem. Em segundo lugar, propondo aos membros de uma determinada comunidade para vínculos de trocas. Deste modo, denominar e classificar, de maneira clara, as partes do seu mundo e sua história individual ou coletiva.

Classificar alguém é justificar seu comportamento em relação a si mesmo. Enfim, é ajustá-lo a um grupo, circunscrevê-lo. Para Moscovici (2003:34-36), as representações sociais, sejam naturais ou sociais, possuem duas funções, a *convenção* e a *prescrição*. Na *convenção* de objetos, pessoas e conhecimentos, elas lhe dão uma forma definitiva numa certa categoria e as colocam como modelo de um tipo determinado, distinto, partilhado por um grupo de pessoas.

Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em uma determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros sob pena de não ser nem compreendido, nem codificado (Moscovici, 2003:34).

Quando *prescritivas*, as representações são impostas sobre nós. “Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (Moscovici, 2003:36). Há toda uma superimposição das representações dos objetos e das pessoas. Neste aspecto, Moscovici (2003:36) faz alusão à tela de um quadro. Para ele, quem entra na moldura tem que aceitar a imagem como realidade, uma vez que a representação é um conceito diante de um objeto “real”. Fora dela, é “menos real”. “Em vez de negar as convenções e os preconceitos, esta estratégia nos possibilitará reconhecer que as representações constituem, para nós, um tipo de realidade”, diz Moscovici (2003:36). E a realidade é determinada para uma pessoa por aquilo que é socialmente aceito como realidade.

As representações sociais são basicamente compostas por signos. Sendo assim, elas têm um quê “semiótico” e merece ter este tipo de abordagem, pois as teorias propostas por Moscovici convergem com o princípio semiótico. A começar pelo conceito do signo proposto por Peirce. Desde que começou seus estudos sobre as representações sociais em 1961 com o livro *La Psychanalyse: son image, son public*, somente em 2000, com a obra *Representações Sociais: investigações em psicologia social*, é que Serge Moscovici passa a abordar os estudos da linguagem como integrante dos estudos das representações sociais.

Moscovici (2003:220) afirma que se deixou de lado uma das referências essenciais para a sua teoria, ou seja, sua referência à comunicação, à linguagem ao aspecto discursivo de conhecimento elaborado comum. No entanto, insistiu no laço profundo entre cognição e comunicação, entre operações mentais e operações lingüísticas, entre informação e significação. A partir dessa perspectiva, em 1993, ele propôs o conceito de *Themata* (tema) para responder às exigências da análise estrutural entre *cognição* e *comunicação*. Sobre a noção de *themata*,

Moscovici diz que ela indica que a possibilidade efetiva de sentido vai sempre além daquilo que foi concretizado pelos indivíduos, ou realizado pelas instituições. Para ele, quando tudo é dito e feito, os *temas* que atravessam os discursos, ou as práticas sociais, não podem ser simplesmente apagados, mas postos entre parênteses, deslocados de um momento a outro de formas diversas. “Mas eles são sempre preservados como fontes constantes de novos sentidos, ou combinações de sentido, se houver necessidade”, diz Moscovici (2003:224).

Os temas, ou análises temáticas, expressam uma regularidade de estilos, uma repetição seletiva de conteúdos que foram criados pela sociedade e permanecem preservados pela sociedade. Eles se referem a possibilidades de ação e experiência em comum que podem se tornar conscientes e integradas em ações e experiências passadas (Moscovici, 2005:224).

Desde o século XIX, *representação* tem sido um conceito-chave da semiótica e a partir de meados do século XX passou a ocupar o terreno da ciência cognitiva (Santaella, 2001:186). Costuma-se dizer que, na semiótica peirciana, *representação* é sinônimo de signo. Para Santaella (2001:191), isso é menos do que meia-verdade, pois a representação é apenas uma face apenas da mediação, cuja outra face está na determinação. A função do *signo* é funcionar como mediação. “Toda representação social é construída como um processo em que se pode localizar uma origem, mas uma origem que é sempre inacabada, a tal ponto que outros fatos e discursos virão nutri-los ou corrompê-los” (Moscovici, 2005:218).

O autor toma a noção de sistema de língua e do sistema que acaba com o outro. Também articula a polifonia discursiva que pode fazer emergir algo que era ele, mas que não é mais ele mesmo; é outra coisa. Sendo assim, o autor intercala o pensamento peirciano de signo com a noção de discurso de outrem, a polifonia discursiva, discutida por Bakhtin. “Nossas idéias, nossas representações são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades as quais pertencemos” (Moscovici, 2005:221). Então, ele questiona: “O que existe na sociedade que irá ‘ter sentido’ e manter a emergência e produção de discurso?”. Para Moscovici, as idéias explícitas, ou imagens, se ordenam um sentido que não tinham anteriormente.

Elas introduzem uma coerência entre si garantindo-lhes um sentido que lhes é comum através do trabalho de seleção. Em outras palavras, o princípio organizador, ao mesmo tempo reduz a ambigüidade ou polissemia inerente às idéias ou imagem e as torna relevantes em qualquer contexto social determinado (Moscovici, 2005:220).

Nessa lógica, ele articula a idéia de representação com o processo de seleção paradigmática do eixo da linguagem abalizado por Saussure, tendo essa “imagem”, como diz Moscovici, retratada no eixo sintagmático, ou seja, o discursivo. Para Moscovici, toda representação social desempenha diferentes tipos de funções, algumas *cognitivas* – *ancorando* significados, *estabilizando* ou *desestabilizando* as situações evocadas – outras propriamente sociais, isto é, mantendo ou criando *identidades* e *equilíbrios coletivos*. Isso é conseguido através de um trabalho constante, que toma a forma de juízos ou raciocínio partilhados.

As representações não estão nunca limitadas a uma simples descrição de seus conteúdos, sem falar da estranha idéia que nos faz conceber a memória como um enorme armário com escaninhos para situações pré-conhecidas e pré-ordenadas do qual seria possível retirar as coisas conforme as circunstâncias exigem (Moscovici, 2005:223).

Para sintetizar o conceito de representação social, Moscovici (2005:242) afirma que no seu coração existem *temas* que perduram como *imagem-conceito*. Comenta também que nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provêm de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas. O autor alega que é uma questão de palavras, mas também de imagem mentais, crenças ou pré-concepções “Isso quer dizer que a lingüística, como uma imagem mental, intervém nesses processos de pensamento social” (Moscovici, 2005:242).

Além de se esboçar no pensamento de interdiscursividade bakhtiniano, a definição de Moscovici igualmente transita na questão da anterioridade da moral, no plano da filosofia quando trata da Ética como no processo que advém de antes da nossa existência. Sendo assim, para estabelecer o cerne das representações sociais, Moscovici (2005:242) propõe que se identifique o que um determinado nível “axiomático” em textos de opinião chega a operar apenas como *primeiros princípios*, *idéias propulsoras* ou *imagens* e, por outro lado, esforça-se para mostrar a *consistência* empírica e metodológica desses *conceitos* ou *noções primárias* no nível da argumentação cotidiana. Para Moscovici, os *termos conceituais* podem ser considerados como *idéias-fontes* que geram uma nova axiomática na evolução de nossas representações do mundo, que ele chama de *noção*, ou seja, *locais potenciais* de significado.

Na definição de limites estabelecendo essas relações internas/externas através da indexação (ancoragem referencial) em relação a campos já existentes ou conhecidos (dos quais eles são responsáveis/dos quais eles não são responsáveis; o que lhes pertence/ o que não lhes pertence (Moscovici, 2005:243)

Moscovici avalia que as *representações sociais* derivam de elementos “pseudoconceituais”: arquétipos de raciocínio comum ou pré-concepções estabelecidas ao longo de um espaço de tempo, de histórias retóricas e crenças sociais que possuem o *status de imagens genéricas*. Na verdade, diz ele, é uma questão de *topoi* (locais) de senso comum onde elas encontram a fonte de desenvolvimentos e os meios de legitimar, pois estes “locais” estão ancorados no perceptível (cognição partilhada e popular) e na experiência ritualizada (cultura e seus ritos na representação). Elas tomam a forma de noções ancoradas em *sistemas de oposição* (isto é, termos que são contrastados a fim de ser relacionados) relativas ao corpo, ao ser, à ação da sociedade e ao mundo de maneira geral; toda linguagem testemunha isso (Moscovici, 2005:244-246).

Essa mesma relação de representação social a partir da linguagem, poderemos dizer que é apontada por Greimas na sua *semântica estrutural* na qual ele acredita que a verdadeira significação só é explicada a partir da oposição dos *termos-objetos*. A partir daí, o que Moscovici chama de *ancoragem*, para Greimas (1973) seria o *eixo-semântico*. Sobre as funções *topocognitivas*, ele diz que estas especificam o caráter dos objetos posicionando-os em relação a outros objetos que fundamentam sua representação (2005:244). “O que as coisas ‘são’ em relação a outras ‘coisas’, o que essas coisas trazem com elas e para onde conduzem, ou o que produzem, traduzem a resistência de uma semiosis comum a toda identidade humana” (Moscovici, 2005:244).

Desse modo, comparando discursos que carregam conflitos socioéticos, podemos encontrar novamente aqueles *tópicos* comparáveis às propriedades atribuídas ao “outro” e legitimando oposição (Moscovici, 2005:246). O mesmo processo de oposição exposto por Moscovici é encontrado nos estudos semânticos de Greimas. O que ele chama de *temas conceituais derivados* e depois de *tópicos* são os resultados encontrados na semântica estrutural greimasiana, chamada de *isotopias*. Já o que Moscovici classifica de *núcleos semânticos*, Greimas chama de *termos-objetos*.

Quer dizer, as *representações sociais* também carregam componentes simbólicos porque elas se estruturam na linguagem e como a linguagem. Seja no sentido cognitivo ou no do inconsciente como prega Lacan no seu aforisma “o inconsciente é estruturado como a linguagem”. O ser humano tem um pedaço incontestável, como afirma o próprio Lacan. No entanto, cada qual com sua singularidade. O sujeito difere do que a sociedade supõe, mas pode se transformar em *representações sociais* lógicas e subservientes a ela. A origem da linguagem é como a própria busca pela origem do homem. Não sabe ele mesmo que, sem essa linguagem adquirida, ele viveria sempre o presente, sem questionar o futuro e, sobretudo, a sua origem. Os sistemas *representacionais* são processos humanos. Neste aspecto, a linguagem é desenvolvida por dispositivos sociais/disciplinares diferente dos instintos humanos que são adquiridos biologicamente e explicado (ou não) pela linguagem.

Para Santaella, o conceito do *legi-signo simbólico* de Peirce pode explicar tal aspecto lingüístico do signo. Já Moscovici (2005:247) diz que essas comutações que, com o fluxo do discurso, facilitam *permutações* nas representações e as normas associadas a elas. Tais normas são criadas no plano arbitrário. Logo, de acordo com a noção peirciana do signo, o traço mais característico do signo lingüístico está na sua *arbitrariedade* e *convencionalidade*. O signo em si mesmo é uma qualidade, um *quali-signo* em relação ao *objeto* e um *ícone* em relação ao *interpretante*. Logo, a relação de *imagem* enunciada por Moscovici trata-se do pensamento, da idéia cognitiva do indivíduo em relação ao objeto.

De tal modo, as *representações sociais* incorporam-se na categoria de *ícones* de vários pensamentos polimorfos estendidos, que formam um só pensamento (ou não) de uma só representação social. Como um *rema*, tal signo (quali-signo icônico) é uma hipótese, uma proposição. A relação com o objeto (sin-signo) e o interpretante (índice) será interpretada como sendo algo concreto. É o que na sua tricotomia Peirce considera como sendo (*dicente*). Mais uma vez, se ele for um legi-signo, ou o signo legitimado em relação ao objeto, ou seja, um *símbolo*, que opera enquanto *argumento* para o interpretante, na concepção peirciana. Isso porque ele parte de vários pressupostos para chegar a ter tal status.

Na concepção de Peirce, o legi-signo é uma lei que é um signo. De acordo com Santaella (2001:262), uma lei não se confunde com necessidade nem com norma, mas é apenas uma tradução convencional da lei. “A lei funciona, portanto, como uma forma que será atualizada, dadas certas condições”, assegura. Tais condições dependem do tempo que Moscovici chama de *longe tongée* e que Benveniste classifica de *dêixis temporal*. Muito embora esse tempo também seja integrante do sujeito que se movimenta, muitas vezes, à frente, com as idéias modernas, novas, revolucionárias. Outras vezes, porém, estagnado no tempo e nas idéias tradicionais das convenções.

Enfim, o sujeito também opera na *dêixis pessoal* numa oposição de Eu moderno e do Eu antiquado, pois, como diz Santaella (2001:262), “por isso mesmo, a lei não tem a rigidez de uma necessidade, podendo ela própria evoluir, a lei é uma abstração”. Segundo a autora, a lei de *representação* já está contida no próprio signo, de modo que ele está fadado a produzir um signo interpretante ou uma série de signos interpretantes tão gerais quanto ele próprio, através dos quais seu caráter de signo se realiza (Santaella, 2001:262). No plano lingüístico, as palavras são interpretadas como representando aquilo que simulam por força da lei desse sistema. As manifestações das palavras são o que Peirce vai chamar de “réplicas”.

O replicar, replicar, replicar... Seriam novos *costumes* colocados em prática através do discurso que eclodem novos *valores*. No plano da linguagem visual, para ir além da figuração, isto é, para poder representar, precisa transformar figuras em símbolos que a constitui. Sendo assim, Santaella (2001:286) estrutura a matriz visual e suas modalidades a partir da matriz da “imagem”, dividida em duas partes: o *mundo visual* e o *campo visual*. O *mundo visual* – é o mundo como ele é, ou seja, o ver sem observar; o comum do dia-a-dia. Já o *campo visual* – é a aparência de um quadro, um recorte, que só pode ser visto com algum esforço. O *campo visual* tem bordas, enquanto o *mundo visual* não as tem, diz a autora.

As representações sociais se fundamentam no “campo visual”. É o que Moscovici chama de entrar no quadro para aceitar aquilo que é “mais real” e aquilo que é socialmente aceito. “As modalidades do visual dizem respeito às formas visuais estruturadas como linguagem, isto é, às formas visuais representadas” (Santaella, 2001:186). A autora chama “linguagem” de “representação visual”. Cada uma tem sua forma. No entanto, elas têm em comum sua organização como linguagem. A autora comenta ainda que, na escolástica medieval, que o termo “representação”, de modo genérico, é o processo de representação de algo por meio de signos. No contexto da semiótica, as palavras *representação*, *linguagem* e especialmente *signo* têm sido intercambiadas como equivalentes, porém com imprecisão.²

Neste campo de representação, é necessário um ou vários modelos como referência. Desta forma, encontrar similitudes diante do “campo visual”. Para Santaella, (2001:188), um vasto campo na concepção de representação através da semelhança também chamada de *representação icônica*, descortina-se nos estudos das imagens. Nesta acepção, as representações sociais passam pelo princípio da imagem, no sentido cognitivo. No sentido da linguagem, seria o signo enquanto *ícone*, uma vez que ele é a primeira “imagem” mental criada pelo indivíduo. A partir do momento que ele passa a operar na elocução, pode provocar o processo de semiose e se tornar um signo *simbólico* por conta da sua legitimação e ter suas representações sociais, como por exemplo, os tipos pasteurizados da mídia que servem como referência. É o que obedece ao princípio *cognitivo* da psicologia que diz que as classificações são derivadas de constatações, percepções e ações que norteiam a passagem das representações simbólicas à experiência.

Além disso, a organização hierárquica e a utilização no pensamento e linguagem daqueles mesmos princípios de classificação. No sentido de *cognição*, seria o conjunto de unidades de saber da consciência, baseadas em experiências sensoriais, representações, pensamentos e lembranças; série de características funcionais e estruturais da representação, ligadas a um saber *referente* a um dado objeto; um dos três tipos de função mental (afeto, cognição e volição). A *volição* é a capacidade sobre a qual se baseia a conduta consciente, de se decidir por uma orientação ou tipo de conduta em função de motivações. Por sua vez, o *afeto* é o estado, limitado no tempo, provocado por estímulos externos ou por *representações*, acompanhado de certo grau de tensão e composto de sentimentos particulares. Também é a expressão qualitativa da quantidade de energia das pulsões e das suas variações.

Santaella (2001:188) comenta que há cinco domínios da imagem. **1** – das *imagens mentais* [imaginadas]; **2** – das *imagens perceptíveis* diretamente; **3** – das *representações visuais* (fotografias, desenhos, gravuras, pinturas, etc.); **4** – das *imagens verbais* (metáforas, descrições); **5** – das *imagens óticas* (espelhos, projeções). Representar está para o plano *conotativo* e não para o *denotativo*. Enfim, representar está para o “campo visual” com seu espaço físico demarcado e determinado como na tela de um quadro, ou como no palco de um teatro.

² Tal ambigüidade ainda é encontrada na teoria de Moscovici no sentido de “símbolo”, no sentido cognitivo. Como diz Santaella (2001:186), “infelizmente, tanto representação quanto símbolo são definidos pelos cognitivistas de maneira pouco consensual, por vezes, simplificada, resultando numa grande imprecisão conceitual”.

O que se esconde por trás das cochias não se vê. Do mesmo modo, do entorno de um quadro, o extra-tela. Enfim, aquilo que não está circunscrito em uma linha que demarca a naturalidade a convencionalidade. Bower, (apud Moscovici, 2003:32) classifica as representações sociais como “*um conjunto de estímulos feitos pelos homens que tem a finalidade de servir como um substituto a um sinal ou som que não pode ocorrer naturalmente*”. Mais uma vez impera a lógica do signo que deve ocupar algo que não ele, e, mais fortemente, a da linguagem e da comunicação e o da semiose. Como assegura Benveniste (1995) sobre o *performativo* (o que é feito quando “o” falamos) e o *ilocutório* (o que é feito quando falamos).

Ao mesmo tempo, o autor avalia que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*. “Porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade é a do ser, o conceito de *ego*”, diz Benveniste (1995:286). Ele alega ainda que a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. “Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que está na alocação do tu”. Enfim, o mesmo conceito de oposição proposto por Greimas, na sua semântica estrutural, e pelo próprio Moscovici em relação às representações sociais. As representações carregam o cerne da *themata*: o da linguagem e, conseqüentemente, o da comunicação. Isso, pois, como afiança Deleuze (1997:15), a linguagem é comunicativa e não informativa. “Essa intersubjetividade e subjetivação lingüística que explica o resto. Enfim, tudo aquilo que fazemos existir ao dizê-lo”.

Ao tratar a subjetividade da linguagem, Benveniste diz que ela é instrumento de uma *natureza imaterial, funcionamento simbólico, organização articulada e a presença de um conteúdo*. Para ele, falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. Em oposição à *natureza* está a *cultura*, da qual fazem parte os *instrumentos*, objetos retirados da natureza que foram utilizados em substituição a algo e que o operador dessa passagem *natureza* ® *cultura* é o homem. A cultura opera na imaterialidade dos *signos* com significantes e significados diversos. “É impossível conceder o homem como parte da natureza, visto que é ele quem transforma natureza em cultura”, prossegue Deleuze (1997:15).

Para Benveniste, a “*parole*” (em oposição à língua) é um *instrumento*; é a linguagem colocada em prática. “*Para que a palavra assegure a comunicação, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização*”. Mesma lógica tem Moscovici, que diz que necessitamos de um ou de outro *signo* que nos auxilie a distinguir uma representação de outra, ou uma representação do que ela representa. Isto é, “um signo que nos dirá: ‘Essa é uma representação’ ou ‘essa não é uma representação’” (2003:32). Representar significa, uma vez e ao mesmo tempo, trazer *presentes as coisas ausentes* e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma *coerência argumentativa*, de uma racionalidade e da *integridade normativa dos grupos*. Moscovici salienta a questão da *difusão comunicativa* para que as pessoas se orientem e possam se adequar a tais coisas.

O status dos fenômenos da representação social é o de um *status* simbólico um vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis, e no melhor dos casos, sintetizando um *clichê* que se torna um emblema (Moscovici, 2005:216).

Sobre a banalidade do fenômeno, Moscovici comenta que ele é visto e observado como um efeito descritível e constatam sua complexidade quando ele é uma questão de uma corrente ascendente que flui em direção ao que constitui o “núcleo semântico” de alguma concepção generalizada no *corpo*

social e o estrutura em algum ponto de motivar histórias, ações, acontecimentos. Isso porque, uma vez mais, o *conceito* é apenas evocativo.

Devemos extrair da massa considerável de *índices* de uma situação social e de sua temporalidade e esses *índices* de uma situação social e de sua temporalidade e esses *índices* tomam forma de traços lingüísticos, arquivos e, sobretudo, “pacotes” de discurso (Moscovici, 2005:217).

O autor pede para considerar as significações e sobre os seus *referentes*, pois uma reflexão, diz ele, para focar os fatos da linguagem e da imagem é fundamental. A noção de imagem para Moscovici é o plano cognitivo da idéia presentificada de algo na vida cotidiana incrustada nas relações sociais. Para Moscovici (2005:222), *estereótipo* é o sentido comum de uma imagem congelada ou opiniões. “Por isso, nunca são como nós pensamos que sejam”. É também o que Moscovici chama de *representação social da imagem* como forma cognitiva, articulando seu pensamento em torno do campo cognitivo para as questões da teoria das representações sociais em relação à *imagem*.

Ele diz que podemos passá-la da aparência à realidade através de uma *noção*. “Nossas reações aos acontecimentos, nossas respostas aos estímulos, estão relacionados à determinada definição, comum a todos os membros de uma comunidade à qual nós pertencemos”. É o que Santaella (2001:239) vai chamar de “registro por convenção” com o uso do registro físico, ou seja, com relações de semelhança do que é ser ou não ser, de estar ou não estar no quadro, de estar no palco ou não para interpretar tal papel, pois, de acordo com os dois conceitos de imagem levantados por Santaella, são imagens “como representação visual”, que suscitam outras imagens. Enfim, “imagens óticas”, que são os espelhos e as projeções que fazemos de determinadas coisas e fatos.

Representar é classificar alguém, é justificar seu comportamento em relação a si mesmo, isto é, o signo como *representamen*, o quali-signo icônico, de acordo com a definição de Peirce. Afinal, as representações sociais “são idéias primárias que vêm instruir e motivar regimes sociais de discurso o que significa que cada vez nós devemos adotar idéias comuns, ou ao menos dar conta delas” Moscovici (2005:222). Além do mais, sejam naturais ou sociais, as representações possuem duas funções, a *convenção* e a *prescrição*. Logo, também atuam como legi-signo simbólico, pois é uma lei que vale, criada em torno de uma *legitimação*, um preceito que é um signo. Para Moscovici (2005:216), as representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um *referencial* de um pensamento preexistente.

Foucault, ao discutir a ordem do discurso, assegura que muita gente gostaria de se encontrar logo de entrada do outro lado do discurso, sem ter que considerar do *exterior* o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. Tal exterior, muitas vezes, são os meios de comunicação, pois, como afirma Moscovici (2003:08), a influência dos *meios de comunicação* em torno das *representações sociais* ilustra que eles fazem com que tais representações se tornem senso comum. Isso, pois, “as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros”, diz. Isso porque percebemos o mundo tal como é e todas as nossas percepções.

Santaella diz que é *denotativa*, a linguagem visual ® *sin-signo* ® *índice* ® *dicente*. “A percepção se constitui em uma semiose específica, quer dizer, na percepção também há uma ação *signica*” (Santaella, 2001:200). Ela afirma que o *mundo visual* é uma percepção direta e o *campo visual* é mediado e que as

formas de representação são compostas por três grandes modalidades que são as *formas não-representativas*, *formas figurativas*, *formas representativas* [por analogia, figuração, convenção] (Santaella, 2001:209-210). Se o *campo visual* é mediado e o signo tem como função a mediação, as representações sociais contam com diversos signos para a sua construção. A autora diz que, para Peirce, imagens mentais são também signos. Logo, as representações sociais podem também ser consideradas semióticas, pois os seus conceitos são convergentes.

Sem pretensões maiores, poderemos atribuir posteriores estudos sobre uma “representação social semiótica”? Tudo leva a crer que sim a partir do momento que a *teoria das representações sociais* passa a considerar a linguagem como mais um dos seus componentes. Porém, depende de um estudo mais aprofundado a respeito. O que não é o nosso objetivo neste momento. Apenas apontar o viés simbólico, o da linguagem, como um elemento essencial para a construção das representações sociais. Isso porque, se o homem é um ser social e o que nos diferencia dos outros seres é a linguagem, logo, tais representações devem considerar o plano da linguagem e da comunicação. Quer dizer, deve ter a *themata*, proposta por Moscovici, no que concerne à linguagem e à comunicação, que são os elementos provocadores de estímulos constitutivos do plano simbólico.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 43, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.
- GREIMAS, A. J. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- LACAN, Jacques. *O Seminário: mais ainda.*, livro 20. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y La Ausencia: contribución a la teoria de las representaciones*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da Linguagem e Pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras, 2001.